

# PROJETO DE COMBATE A EXPLORAÇÃO CLANDESTINA DE AREIA NA REGIÃO DE CAMAÇARI/BA

*Rodrigo Amaral Lafranchi*<sup>1</sup>

<sup>1</sup> DNPM

**RESUMO:** A ocorrência de um grande número de extrações ilegais de recursos naturais (areia) na região de Camaçari levou a Superintendência da Bahia a produzir um levantamento cadastral com todas as ações do DNPM em atenção aos processos administrativos, gerados por denúncias, solicitações Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Departamento de Polícia Federal, IBAMA, IMA e Prefeitura na região de Camaçari e cidades do entorno (Dias D'Ávila, Simões Filho, Lauro de Freitas e Mata de São João).

O DNPM/BA desde 1998 até o presente momento já apurou aproximadamente 170 denúncias de extração clandestina de areia, grande parte com degradação ambiental. Verificou-se durante o levantamento que alguns dos processos estavam referidos a mesma localização, evidenciando a necessidade de um controle espacializado dos processos administrativos.

O objetivo do projeto é criar um sistema de monitoramento dos processos administrativos em ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas) com um banco de Dados Georreferenciado, Imagens de Satélite e Mapas Temáticos, para garantir eficiência e eficácia nas ações fiscalizadoras da entidade. E também inserir e integrar, numa única base de dados, informações espaciais provenientes de dados minerários, ambientais, geológicos e outros (estradas, cidades, hidrografia, etc...). Um ponto fundamental é o ajustamento de todos os dados ao mesmo referencial espacial, compreendendo a projeção e as coordenadas.

O projeto foi dividido em etapas que estão ocorrendo concomitantemente:

- Aquisição da Base de Dados;
- Confecção do banco de dados espacial;
- Zoneamento das áreas com autorização de lavra;
- Zoneamento das áreas degradadas;
- Levantamentos de campo.

Após os primeiros levantamentos de campo constatou-se que o processo de lavra clandestina está acelerado, a cada vistoria é notório o aumento das cavas; não está ocorrendo somente os crimes de usurpação (Art. 2 da Lei 8.176 de 8 de fevereiro de 1991) e ambiental (Art. 55 da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998), mas há também a sonegação fiscal: caminhões sem nota fiscal e levando volume acima do estabelecido; também foi constatado que são utilizadas coordenadas em datum diferentes, acarretando diferenças no posicionamento.

Foram gerados com aplicação desse projeto os seguintes benefícios:

- Definição de estratégias das ações de coibição da lavra ilegal;
- Definição dos locais de maior concentração de demanda;
- Avaliação da evolução espacial e temporal das lavras ilegais e do impacto ambiental gerado;
- Mapeamento de estradas e acessos para determinar as rotas de fuga, pois nas vistorias do DNPM os mineradores ilegais sempre se evadem;
- Rapidez nas respostas aos órgãos solicitantes.

**PALAVRAS CHAVE:** GEOPROCESSAMENTO, LAVRA ILEGAL, BAHIA